

O INTERESSE DO SERVIÇO SOCIAL PELA QUESTÃO AGRÁRIA COMO CAMPO DE PESQUISA

Jetson Lourenço Lopes da Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7495-9148>

Universidade Federal de Sergipe, Curso de Serviço Social, São Cristóvão/SE - Brasil
3216625@academico.ufs.br

Glenda Ostine Santos Alcântara

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4989-7169>

Universidade Federal de Sergipe, Curso de Serviço Social, São Cristóvão/SE - Brasil
glendaostine80@academico.ufs.br

Kauã Gabriel Alves Ramos Santos

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1462-5658>

Universidade Federal de Sergipe, Curso de Serviço Social, São Cristóvão/SE - Brasil
kauaramosufs@gmail.com

Mariane Anjos Resende

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4697-8746>

Universidade Federal de Sergipe, Curso de Serviço Social, São Cristóvão/SE - Brasil
marianeanjos@academico.ufs.br

Recebido em: 26/04/2026

Aceito em: 04/05/2026

Resumo: A questão agrária é uma problemática de grande relevância, pois constitui uma das chaves-mestre para a compreensão da formação histórica brasileira, influenciando diretamente a atualidade nacional. Uma gama de contradições e um conjunto de desigualdades observadas no presente possuem elos invisíveis com a questão agrária, o que, conseqüentemente, desafia o Serviço Social no seu exercício profissional. Apesar de ser uma profissão constituída e instituída por sua dimensão prático-interventiva, o Serviço Social tem se destacado, desde a Renovação Profissional, na seara da produção de conhecimento, sobretudo por meio dos programas de pós-graduação que organiza. Nesse contexto, a questão agrária ganhou importância nos últimos dez anos como campo de interesse para pesquisa no âmbito do Serviço Social. Este artigo visa problematizar como a questão agrária assumiu crescente interesse para a profissão. Para isso, parte-se do significado da problemática que conforma a questão agrária até chegar ao interesse do Serviço Social na produção de conhecimento nesse campo temático, particularmente no Nordeste.

Palavras-chave: Serviço Social; Pesquisa; Questão agrária.

THE INTEREST OF SOCIAL WORK IN THE AGRARIAN QUESTION AS A FIELD OF RESEARCH

Abstract: The agrarian question is a problem that demands its relevance because it is one of the key elements for understanding the historical formation of Brazil, as it determines the current national situation. A range of contradictions and a set of inequalities observed in the present have their invisible

links to the agrarian question. This, consequently, challenges Social Work in its professional practice. Although it is a profession that was constituted and instituted by its practical-interventionist dimension, Social Work has stood out, since the Professional Renewal, in the field of knowledge production, especially through the Postgraduate Programs it organizes. The agrarian question has gained importance in the last 10 (ten) years as a field of interest for the development of research and knowledge production within Social Work. This article aims to problematize how the agrarian question assumes increasing interest for the profession. To this end, it starts from the meaning of the problem that shapes the agrarian question and arrives at the interest of Social Work in the production of knowledge in this thematic field, particularly in the Northeast.

Keywords: Social Work; Research; Agrarian issues.

INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira, há uma série de problemáticas e contradições muito vivas, resultantes das determinações da formação histórica do país, que não podem ser ignoradas ou esfumadas pelo pensamento social e pela pesquisa. A questão agrária é um desses campos temáticos que se impõe como relevante pela centralidade que apresenta no entendimento da formação socioeconômica do Brasil.

Como profissão, o Serviço Social emergiu diante do acirramento da luta de classes no século XX, decorrente do amadurecimento das relações capitalistas e do aprofundamento das desigualdades que pesaram sobre a classe trabalhadora, mormente nas regiões metropolitanas e nos grandes centros urbanos do país. Em razão disso, esteve muito atrelado à realidade e ao trabalho profissional determinados pelas contradições pertinentes à vida urbana.

Todavia, os tentáculos das relações sociais capitalistas, que se espraíram também para o espaço agrário, levaram a profissão a despertar interesse de conhecimento e produção de pesquisa a respeito do que se compreende por questão agrária. Este artigo, fruto de resultados preliminares de pesquisa¹ em desenvolvimento, tem por

¹ As considerações e resultados aqui expostos apresentam, de certa forma, caráter preliminar, porque são frutos do Projeto de Pesquisa vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), então intitulado “Tendências das produções nos programas de pós-graduação em Serviço Social do Nordeste, na área temática da questão agrária”, vinculado à Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ainda se encontra em andamento. Está sendo desenvolvido o levantamento de algumas informações para sistematização de dados que subsidiem o aprofundamento da pesquisa e das análises, problematizações e considerações a que se propõe. Não foram até o momento concluídos o levantamento de dados das produções, no período estabelecido, efetivadas pelos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Também não foi concluída a sistematização de dados das produções de teses nas unidades onde propiciam a formação à nível de doutorado. Por isso, não comparecem aqui essas informações.

escopo problematizar como a questão agrária se conforma como campo de interesse e atenção para o Serviço Social, particularmente na produção acadêmica da pós-graduação no Nordeste.

Para tanto, parte-se da compreensão do significado da questão agrária para, em seguida, problematizar a incursão do Serviço Social na produção de conhecimento nesse campo temático. A partir disso, considera-se como hipótese que a questão agrária tem se constituído como um crescente campo de interesse para o Serviço Social. As reflexões a seguir detêm importância em face da necessidade de estreitar as aproximações da profissão com a construção de conhecimento sobre as problemáticas da produção e reprodução da vida social no espaço agrário.

METODOLOGIA

Compreende-se que este estudo assume natureza exploratória, pois caracteriza um quadro de tendências de pesquisas na área temática da questão agrária, realizadas nos programas de pós-graduação em Serviço Social da região Nordeste, entre os anos de 2014 e 2024, na modalidade *stricto sensu*.

Foram foco do levantamento de dados as unidades de formação pública da região que oferecem mestrado e/ou doutorado: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Piauí (UFPI). Dessas unidades, os dados analisados se limitaram às dissertações de mestrado produzidas.

Ao levantar o quadro de pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação, para efetuar as análises, foi necessário estabelecer o agrupamento das temáticas investigadas nas dissertações, demarcando as tendências de estudos que assumiram no período estabelecido.

Toda a pesquisa constituiu-se como um estudo bibliográfico, pois, durante as investigações, foram acessados livros, artigos e outros referenciais indispensáveis para problematizar categorias e compreender conceitos presentes na literatura

selecionada. Este momento tornou-se importante, posto que é seguramente o “primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente [...]. Portanto, nesse passo, a revisão bibliográfica [...] consiste numa espécie de ‘varredura’ do que existe sobre um assunto” (Macedo, 2000, p. 15). Ainda sobre a pesquisa bibliográfica realizada, Gil (1994, p. 72) indica que as fontes de exploração são: “livros, revistas científicas, boletins, teses, relatórios de pesquisa etc. O procedimento mais adequado para se conhecer o universo de publicações acerca do assunto é a consulta a bibliotecas especializadas na área”. No caso do estudo realizado, as fontes foram dissertações selecionadas de acordo com a temática, tanto no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) quanto a partir do mapeamento dos programas de pós-graduação em Serviço Social localizados na região Nordeste, para prosseguir com o acesso aos bancos de produções de dissertações e teses.

Destaca-se que a abordagem utilizada guarda uma dupla relação, porquanto estabelece natureza *quali-quantitativa*, tendo como objetivo compreender melhor o objeto de estudo mediante análises qualitativas com base em dados quantitativos sistematizados. Através da busca na base de dados, foi desenvolvida uma tabela que expressa o quantitativo das produções de pesquisa na área da questão agrária, o que facultou algumas considerações preliminares.

PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA: ENTRE O CONCEITO E A CONCRETICIDADE

Para o Serviço Social, na produção do conhecimento sobre a questão agrária, não é recomendável, de maneira alguma, restringir-se apenas à dimensão unicamente conceitual-abstrata daquilo que designa o caráter contraditório da estrutura fundiária nacional, as lutas sociais no campo, a forma como os sujeitos se produzem e reproduzem socialmente no espaço rural e as expressões das desigualdades rurais, entre outras problemáticas.

É preciso, ao produzir conhecimento acadêmico-científico que desvela a realidade contraditória daquilo que se convencionou chamar de “questão agrária”, que seus

resultados possam subsidiar a profissão, sobretudo no enfrentamento dos desafios impostos pela pedra fundamental do exercício profissional: a questão social materializada no conjunto de suas expressões².

Esse campo temático, no que concerne à realidade brasileira, carrega inerentes a si determinações elementares da formação histórica nacional, da influência de conjunturas específicas e da correlação de forças entre as classes sociais. Assim, encastelar-se apenas no debate conceitual ou meramente epistemológico sobre o que define a questão agrária não elucidaria a problemática em sua concreticidade e expressão no cotidiano em que se desenrola a vida social. Com isso, não se desconsidera a importância de sua conceituação³.

A despeito das ressalvas iniciais, frisa-se que seu conceito tem sido apreendido pelo campo das Ciências Humanas e Sociais para sistematizar um conjunto de interpretações sobre problemáticas no espaço agrário, bem como para dar conta de como se organizam, na sociedade, o uso e a propriedade da terra, além de elucidar como esta serve de base para organizar a produção e a reprodução social no campo⁴.

O viés crítico no pensamento social coloca em centralidade, ou de maneira acentuada, o traço político que envolve a problemática, de modo que, para a literatura que assume esse viés, a “questão agrária sempre esteve mais afeita aos estudos dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e às

² Antes de mais nada, é fundamental registrar que há distinção concreta e teórico-conceitual entre a “questão agrária” e a “questão social”, para não restar confusão de que essa é resultante ou expressão daquela. A questão agrária não se revela concretamente como manifestação da questão social, por vezes ocorre essa associação equivocada entre ambas. A questão agrária constitui manifestação das contradições do capitalismo no campo, mas sua articulação com a questão social não é direta ou imediata. Para a aproximação entre as problemáticas e contradições que conformam, a captura de uma gama de mediações na realidade é indispensável.

³ A expressão “questão agrária” foi cunhada pelo pensamento marxista no contexto de acirramento das lutas socialistas na Europa do século XIX. Historicamente, a expressão foi elaborada para se referir a uma série de problemáticas concernentes ao movimento dos trabalhadores e à luta socialista com implicações no meio rural, como a organização dos trabalhadores assalariados rurais e o campesinato. Além disso, o termo tem correlação com uma gama de contradições que surgiram no campo sob a sociedade capitalista. A expropriação do camponês, a concentração fundiária, o desemprego rural, as transformações nas relações de produção no campo, dentre outras, são algumas das contradições. O termo em si é uma tradução da palavra alemã “*Agrarfrage*”, cuja tradução mais próxima no português é “problema agrário”.

⁴ Em Stedile (2011) se encontra uma boa síntese explicativa acerca da riqueza com que esse conceito aparece como chave interpretativa no léxico das Ciências Sociais.

influências no poder político” (Stedile, 2005, p. 19). Dessa maneira, o conceito serve para iluminar estudos correlatos às problemáticas que a concentração da propriedade da terra gera

para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. [...] o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola, [...] é utilizado para o domínio e o controle da posse da terra. (Stedile, 2011, p. 15)

A noção conceitual acerca da questão agrária diz respeito ao caráter complexo da relação entre economia e política: produção e reprodução da vida social. Portanto, para além da dimensão econômica, envolve também a dimensão política presente nas relações sociais, em sua particularidade no meio rural. Ao refletir a realidade concreta da vida social contemporânea — ou no tempo presente demarcado pela sociedade burguesa, erguida sob os pilares do modo de produção capitalista —, o conceito está saturado das determinações das relações de produção e das contradições políticas que se manifestam, também, sob a luta de classes.

O conceito questão agrária não é em si autoexplicativo; o uso da expressão requer ser endossado por categorias da crítica da economia política para explicar as contradições presentes nas relações sociais desenvolvidas no campo – especialmente porque a compartimentação das Ciências Humanas e Sociais em áreas temáticas segmentadas, tão comum na academia, corriqueiramente, retira desse conceito a sua articulação com a totalidade das relações sociais capitalistas. (Lourenço, 2019, p. 42)

Mais precisamente, a expressão surge para dar conta das contradições decorrentes da reprodução do capital no meio rural e está atravessada por mediações econômicas, políticas, culturais e simbólicas que envolvem sujeitos sociais com interesses antagônicos. Dessa forma, como chave heurística, expressa contradições próprias da sociedade capitalista incidentes no campo, mediadas pelo nexo em que se efetiva o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, a luta de classes, formas determinadas de revoltas e resistências que, em contextos históricos distintos, assumem também particularidades distintas.

Há ainda, por parte da literatura especializada a distinção entre as problemáticas que encerram tanto à *questão agrária* quanto à *questão agrícola*, posto que aparecem associadas entre si.

[...] a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem raízes na crise agrária. Portanto, é impossível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário, muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária. (Silva, 2006, p. 12)

É recorrente a má interpretação que leva a confundir dois conceitos: questão agrária e questão agrícola. Isso porque, enquanto um está ligado a uma questão relativa aos níveis ou índices de produtividade, o outro remete à estrutura agrária e às relações sociais que desenham a produção. Ou seja, a questão agrária alicerça a questão agrícola. Sendo assim, aquela ganha maior dimensão sobre esta; por isso, é a mediação teórica central das problematizações desta última.

A questão agrária vai além da problemática concernente à má distribuição de terras, que resulta na concentração de grandes propriedades. O seu entendimento envolve não só a estrutura desigual do espaço rural brasileiro, resultado de um modelo histórico de concentração da propriedade da terra, mas implica também, para o meio rural, a problemática do poder econômico, formas de resistência e/ou dominação política, processos potencializadores de expropriação, agudização do pauperismo e articulação com projetos ou caminhos para o desenvolvimento econômico nacional, entre outros.

Apesar da abrangência do uso do conceito, sua instrumentação no Brasil tem correlação também com diferentes conjunturas históricas, algumas delas marcadas por crises econômicas, por planos e estratégias políticas de desenvolvimento das forças produtivas ou por crises nas relações de poder político. No construto sócio-histórico do Brasil, uma de suas marcas que ganha destaque no caldeirão das lutas sociais mais relevantes que ocorreram no país tem correlação direta com a questão agrária.

Em outros termos, as lutas pela terra e os conflitos rurais ocorridos no país em diversos momentos assumem importância para o entendimento da realidade social e

política nacional, porque carregam consigo o legado de determinações da formação sócio-histórica brasileira que não foram enfrentadas ou suplantadas.

Quando se observa a conjuntura presente, nota-se que o Brasil preserva contradições no espaço agrário legadas pelo passado, com implicações reservadas para o futuro do país no que tange à sua marca histórica, até aqui inapagável, a desigualdade. Dados divulgados pela Agência de Notícias do IBGE, em matéria publicada em 2024, revelam que 51% das pessoas em áreas rurais dependem de programas sociais de transferência de renda para efetuar sua reprodução social, sinalizando um quadro acentuado de vulnerabilidade econômica. Reforçam esse cenário os indicadores de pobreza divulgados em 2025 pelo próprio IBGE⁵, ao apontarem uma incidência maior de pobreza entre trabalhadores da agropecuária (29,3%) em relação àqueles voltados ao serviço doméstico (22,9%).

Historicamente, a pobreza rural é muito mais complexa e superior à manifestação desse fenômeno em zonas urbanas. A possibilidade de segmentos da população rural vivenciarem situações de pobreza multidimensional é consideravelmente maior do que a daqueles que vivem nas cidades. Dentre as múltiplas determinações que condicionam essa contradição, está, sem sombra de dúvidas, a alta concentração da propriedade fundiária, que se tornou intocável em toda a trajetória da história nacional.

O Brasil jamais vivenciou um profundo processo de distribuição de terras ou efetivou uma vigorosa política de reforma agrária; de sorte que, atualmente, o índice de Gini da concentração fundiária atingiu o patamar de 0,867, segundo o último Censo Agropecuário⁶. Esse dado coloca o país com um dos maiores indicadores de desigualdade na distribuição de terras do mundo. Tal estrutura fundiária, altamente concentrada, reflete uma herança colonial não resolvida e a dominação política dos grandes proprietários.

O monopólio da terra é condição para a reprodução capitalista geradora de desigualdades e pauperização social, de modo que a estrutura fundiária é marcada pela lógica da acumulação do capital. Esta, contemporaneamente, entrelaça-se às estratégias de saída da crise estrutural para, nos termos de Mandel (1982), buscar

⁵ Os dados foram extraídos da Síntese dos Indicadores Sociais divulgados pelo IBGE, referentes ao ano de 2024.

⁶ Em 2017 o IBGE realizou o último Censo Agropecuário.

alternativas pela via da supercapitalização, submetendo a propriedade da terra à dominação da financeirização — o que distancia a possibilidade de uma reforma agrária mais profunda na conjuntura recente do país.

Como mencionado anteriormente, o debate da questão agrária vai além de problemas técnicos referentes à produtividade do trabalho, sendo também uma temática que apresenta mediações com as esferas social, política e histórica. Configura-se, assim, como uma problemática estrutural que perpassa as condições de produção e reprodução da vida social no espaço agrário, já que implica em um debate que ultrapassa a democratização do acesso à terra, agregando igualmente a questão do acesso às condições de produção e enraizamento estabelecidas por políticas públicas.

A interlocução das políticas públicas com a questão agrária ocorre porque o acesso a elas determina as condições de permanência no campo, condicionando o êxodo rural, que apesar de não ser um fenômeno tão visível quanto no passado, ainda persiste. Além disso, o acesso a tais políticas no espaço agrário auxilia no enfrentamento à desigualdade e à pauperização vivenciadas pela população rural: camponeses, quilombolas, trabalhadores rurais, etc.

Outro componente que merece destaque, para além do caráter conceitual sobre a questão agrária, é que, concretamente, essa problemática ganha contornos desenhados pelas particularidades e singularidades da formação histórica regional.

O Nordeste é uma das regiões em que a questão agrária assume centralidade, haja vista a importância histórica que a agricultura, a pecuária e outras atividades primárias produtoras possuem na região. A centralidade dessa problemática no Nordeste estabeleceu-se, igualmente, pelas condições históricas em que se organizou a estrutura fundiária regional e pelas relações de poder que se edificaram tendo como base a grande propriedade da terra.

Além disso, a questão agrária na região tem sido impactada, especialmente nas duas últimas décadas, pelo ritmo de aprofundamento da crise climática — componente da crise ambiental —, considerando que a seca tem se manifestado como um fenômeno natural ainda mais recorrente, com maior visibilidade em áreas do semiárido.

Ainda que seja um fenômeno natural, é inegável que a seca, revelada pelo déficit pluviométrico, tem ganhado contornos de escassez hídrica pelas contradições do Antropoceno, decorrentes da busca por acumulação de capital no processo de destruição crescente da natureza. Na esfera da reprodução social, a decorrência direta disso é que a agricultura familiar e a pequena produção rural, predominantes em determinadas áreas do Nordeste, tornam-se inviáveis.

Todo esse conjunto de temas que conforma a questão agrária, por conseguinte, salienta a importância que esse campo temático ganha para a realidade social e para a construção do conhecimento acadêmico-científico. Nesse campo, há um terreno rico e profícuo para o desenvolvimento de estudos, com destaque para a pesquisa social, em face das contradições que a produção e a reprodução capitalistas impuseram à vida social no espaço agrário.

No Serviço Social, a questão agrária também tem se inscrito como um campo temático de interesse de pesquisa e produção de conhecimento, dado que a profissão tem se deparado, no exercício profissional, com expressões da questão social que se vinculam, direta ou indiretamente, a essa problemática. Outrossim, a profissão tem acumulado saberes e contribuído com a pesquisa social no rol das Ciências Humanas e Sociais, de tal modo que as contradições capitalistas no campo se tornaram objeto de atenção. No caso do Nordeste brasileiro, o Serviço Social vem oferecendo sua parcela de contribuição com um olhar especial sobre essa área, a partir das particularidades da região.

A QUESTÃO AGRÁRIA COMO CAMPO DE PESQUISA PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O Serviço Social brasileiro tem se consolidado, ao longo dos últimos quarenta anos, por meio de uma rica e produtiva massa de pesquisa, apresentando contribuições relevantes em diversos campos temáticos das Ciências Sociais e Humanas. Destacam-se as problemáticas concernentes ao mundo do trabalho, às políticas públicas (sociais) e aos direitos de cidadania.

Essa profissão constituiu-se e apresenta-se na divisão social do trabalho com um caráter ou “natureza” eminentemente interventiva, sendo requisitada para responder

às expressões da questão social nos espaços institucionais de trabalho. Ou seja, conforme Iamamoto (2004), o Serviço Social coloca-se como uma especialização técnica na divisão social do trabalho para intervir sobre um conjunto de desigualdades decorrentes das contradições da sociedade capitalista, ao apresentar respostas, especialmente, às demandas das classes subalternas.

A despeito do seu caráter fundamentalmente prático-interventivo, que determinou sua constituição no rol das categorias profissionais, é indispensável mobilizar a dimensão investigativa como um pilar para as(os) assistentes sociais brasileiros, tanto na formação acadêmica quanto no exercício profissional. É por meio dessa dimensão que a pesquisa assume uma importância fundamental para a profissão.

Percebemos que o Serviço Social não deve parar na prática interventiva, mas buscar, na concretude dos procedimentos da pesquisa, apoio para uma ação profissional mais dinâmica, questionadora e que caminha *pari passu* com os diferentes movimentos emergentes da sociedade [...]. Por isso, percebemos a pesquisa como uma questão central para o debate contemporâneo do Serviço Social, pois embora esse tenha se legitimado pela intervenção característica de sua forma de aparecer, de participar no mercado de trabalho, é pela via da pesquisa que o seu avanço tem se verificado. (Setubal, 2013, p. 14-15).

A complexa sociabilidade fundada pelas relações sociais capitalistas, saturada por contradições e múltiplas determinações, desafia assistentes sociais nos diversos espaços socioinstitucionais em que estão inseridos no cotidiano do trabalho, seja no âmbito da formação (faculdades/universidades), seja diretamente no campo ocupacional onde atuam para efetivarem os serviços sociais prestados, sobretudo, pelo Estado. Diante dos desafios colocados pelo emaranhado tecido da vida social contemporânea, a dimensão investigativa é reivindicada como um passo importante e crucial para o Serviço Social com postura crítica.

É na postura investigativa — leia-se: através da pesquisa — que as/os profissionais desvelam as determinações e contradições apresentadas fenomenicamente pelas expressões da questão social com as quais se deparam no cotidiano de trabalho. Somente com o desvelamento do movimento da realidade, propiciado pela pesquisa, capturam as mediações que interligam as manifestações das desigualdades, que se apresentam como singularidades, à própria dinâmica da totalidade capitalista.

O Projeto Ético-Político, construído como referência após a Renovação Profissional operada há pouco mais de quatro décadas, exige que a postura investigativa seja assumida para descortinar as armadilhas da vida cotidiana, "passo crucial e insubstituível para uma intervenção profissional crítica propositiva e, portanto, não repetitiva" (Silva, 2007, p. 292). Ademais, a pesquisa tem salientado a importância do Serviço Social como área de produção de conhecimento com repercussão para além de si mesmo e com vazão institucional que transcende o campo acadêmico-científico, repercutindo em áreas ou instituições como no campo da gestão pública, do Poder Judiciário, da formulação de normativas e legislações, da formação política de movimentos sociais, etc.

O Serviço Social tem se inscrito de maneira madura e reconhecida na esfera da produção de conhecimento acadêmico-científico, com produções de pesquisas em diversos espaços, como revistas especializadas, Congressos e, mais destacadamente, em seus diversos programas de pós-graduação. Conforme Mota (2013, p.23):

Nesse sentido, considerando estas últimas ponderações e vinculando-as à hipótese que defendo – do Serviço Social como profissão e área do conhecimento –, concluo que, em face das condições objetivas dadas pelo desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e sob o influxo do Projeto Ético-Político Profissional, o Serviço Social ampliou sua função intelectual, construindo uma massa crítica de conhecimentos, tributária da formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia dominante [...], e o faz sem perder a relação de unidade com o exercício profissional, mas expondo uma distinção entre o significado do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão voltada para a intervenção direta na realidade.

A questão agrária, que se afigura como decorrente essencialmente das contradições do processo de aprofundamento da capitalização das relações de trabalho no campo e da concentração fundiária no meio rural (Lourenço, 2018), é, sem dúvida, um campo temático de interesse do Serviço Social, que no universo da pesquisa social, tem avançado na produção de conhecimento.

Essa temática começa a repercutir com mais força na profissão a partir dos anos 2000, com a atenção dada tanto por grupos de estudos e pesquisas quanto pela organização de Grupos de Trabalho (GTs) em encontros, congressos e seminários,

entre outros espaços direcionados à formação profissional e à produção de pesquisa.

Mais precisamente, como resultado do acúmulo construído no interior da profissão na esteira da década de 1990, por meio de suas entidades representativas, em especial a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a temática da questão agrária ganha corpo no Serviço Social com a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) - *Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social*, que passou a compor a estrutura da entidade com base em seu estatuto aprovado em 2008. A partir disso, as produções sobre o mundo rural, seus conflitos, as particularidades das relações sociais que o organizam e as políticas públicas (sociais) voltadas para a população do campo começam a ganhar relevância nos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

De acordo com informações publicadas em levantamento e diagnóstico produzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Brasil tem estruturado 38 (trinta e oito) programas de pós-graduação ativos em 2025, na área de Serviço Social, na modalidade *stricto sensu*. Quando se observam os números nas unidades da federação que integram o Nordeste, o quantitativo de programas é de 12 (doze), em níveis de mestrado e/ou doutorado. Esse número caracteriza o crescente avanço tanto da formação e qualificação profissional quanto da produção de pesquisa nas últimas quatro décadas.

Do quantitativo supramencionado, 06 (seis) programas realizam a formação tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. Já a outra metade dos programas realiza a formação unicamente em nível de mestrado. É importante destacar também que alguns desses programas apresentam contribuição histórica na formação profissional, tendo surgido na atmosfera do processo de renovação do Serviço Social, a exemplo dos programas de pós-graduação organizados pela Universidade Federal da Paraíba e pela Universidade Federal de Pernambuco, criados, respectivamente, em 1978 e 1979.

É fato que, dentre os principais objetos de interesse no desenvolvimento de pesquisas dentro do Serviço Social brasileiro, ainda se destacam problemáticas que se inscrevem nas áreas de política de saúde, assistência social e Seguridade Social; ou seja, das políticas sociais em geral, bem como ganham destaque estudos

referentes aos fundamentos do trabalho profissional. Uma das áreas temáticas pela qual a profissão tem demonstrado indiscutível interesse mais recentemente é a questão agrária, mas é importante considerar que esse campo de pesquisa ainda não acumulou um quantitativo visível de produções como em outras áreas.

O quadro a seguir apresenta a sistematização do levantamento de produções de pesquisa em nível de mestrado que foram realizadas nos programas de pós-graduação na região Nordeste do Brasil entre os anos de 2014 e 2024. Mediante as informações levantadas, é possível traçar um comparativo entre áreas de interesse do Serviço Social e problematizar a respeito de como se encontra a atenção sobre as problemáticas da vida social rural.

O levantamento quantitativo dos dados sistematizados no quadro acima não deixa dúvidas de que, para o Serviço Social, desde quando iniciou sua incursão na formação em âmbito de pós-graduação e com produção de pesquisa, os fundamentos do trabalho profissional e as políticas sociais são os principais objetos de atenção da profissão. A produção de conhecimento concernente a essas duas áreas temáticas, em sua quase totalidade, tem se centrado historicamente em problematizações que apreendem a particularidade tanto do trabalho profissional quanto das implicações da política social referentes à realidade urbana. Isso decorre, de certa forma, da concepção um tanto equivocada da questão social como um fenômeno limitado a manifestações urbano-industriais, sem atentar para os seus desdobramentos em outras esferas da vida social. Apesar disso, também não se pode negar que a profissão tem despertado a atenção para as problemáticas referentes às relações sociais e as contradições desenvolvidas no espaço agrário pela produção e reprodução capitalista.

Os dados expostos no quadro, que apresentam informações sobre as temáticas das produções de pesquisa materializadas nas dissertações, indicam que, em todas as unidades de formação ou programas de pós-graduação cujas informações foram levantadas, a questão agrária compareceu como objeto de pesquisa e produção de conhecimento. Nesse sentido, o destaque recai sobre a UFAL e a UFPE, com percentuais de produção nesse campo temático na ordem de 8,3% e 5,5%, respectivamente. Esse quantitativo pode parecer ínfimo, mas deve-se levar em conta o vasto leque de interesses do Serviço Social em diversos objetos de estudo,

a saber: feminismo/direitos das mulheres, mundo do trabalho, questão indígena, questão racial, questão urbana, etc.

A hipótese aqui levantada sustenta que, apesar de não ter despontado como uma das principais áreas do universo de pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social, a questão agrária tem crescido como campo de interesse e produção de conhecimento na profissão. Para o projeto profissional que endossa o Serviço Social, a construção de conhecimento sobre seus fundamentos, sua direção ético-política e a agregação de estudos acadêmico-científicos na área da questão agrária são relevantes para adensar a compreensão da interlocução da profissão com o mundo rural. Visto que as expressões da questão social presentes no campo demandam atenção e processos interventivos desafiadores às/aos assistentes sociais, a temática agrária ainda se mostra como uma seara a ser melhor desbravada e aprofundada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais no espaço agrário, com todas as contradições de caráter social, econômico e político que as conformam, têm se configurado como objeto de atenção do Serviço Social brasileiro. O entendimento das problemáticas da vida social no campo, as desigualdades engendradas pelo capital nessa esfera onde também se desenvolvem a produção e a reprodução social, bem como as manifestações da questão social entre a população rural, foram reconhecidos como objeto de atenção pela categoria profissional. Esse reconhecimento foi expresso pela ABEPSS ao estabelecer um GTP com foco nessa área ou campo temático.

A problemática que desencadeia a concentração da propriedade fundiária, as desigualdades socioeconômicas no campo e outras contradições que se apresentam conformam a questão agrária. Esse campo temático apresenta uma série de questões e temas que assumem centralidade na formação social brasileira; trata-se, portanto, de uma problemática central para a compreensão da realidade nacional. Há um engano em supor que a questão agrária está circunscrita unicamente aos problemas da vida social no espaço rural. Pelo contrário, seu exame revela que ela possui mediações concretas com as contradições da totalidade capitalista, a

exemplo das condições de acesso à alimentação, das formas de dominação e poder, das condições de produção e reprodução social resultantes das políticas públicas e da migração populacional, etc.

É pelas razões elencadas acima que o debate da questão agrária tem crescido como área de interesse para o Serviço Social, ainda que não se coloque como o de maior destaque ou o principal campo de atenção da profissão. Contudo, o aumento da relevância da temática no interior do Serviço Social tem sido notório, principalmente por meio da produção de pesquisas no âmbito da formação profissional, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Pela vinculação do Serviço Social com as políticas sociais desde sua gênese como especialidade técnica na divisão social do trabalho, estabelecendo o que Netto (2009) considerou um 'anel de ferro' atado ao calcanhar da profissão, não é estranho que estas sejam, juntamente com os fundamentos do trabalho profissional, sua principal área de interesse na produção de conhecimento. Muito do conhecimento produzido sobre esses campos temáticos está circunscrito a problemáticas da esfera urbana. Não obstante, nunca é demais pontuar que as contradições e desigualdades engendradas pela sociedade capitalista também estão presentes no campo; em outros termos, as expressões da questão social igualmente se desdobram da vida social nos espaços rurais.

O Serviço Social, conforme indica este estudo, tem avançado no desenvolvimento de pesquisas que municiem as/os assistentes sociais com conhecimentos que possibilitem compreender as mediações reais e concretas entre a questão social e a questão agrária, ora totalizadas pelas determinações contraditórias do capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área: Serviço Social - Área 32**. Brasília, DF: CAPES, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/so-bre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/copy_of_SERVSOCIAL_DOCAREA_2025_2028.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

LOURENÇO, Jetson. **MST na trilha da luta de classes**: contemporaneidade da questão agrária no Brasil e seu balanço histórico. Olinda: Rápida, 2018.

LOURENÇO, Jetson. **Metamorfoses programáticas no MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula.** 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300003>

. Acesso em: 9 fev. 2026.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade.** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/2319/3248> . Acesso em: 25 jan. 2026.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Jetson Lourenço Lopes da Silva

Assistente Social, graduado pela Universidade Federal de Pernambuco desde 2008, com mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é professor adjunto vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Há pouco mais de uma década tem se dedicado aos estudos e pesquisas sobre problemáticas pertinentes à questão agrária e o Serviço Social.

Glenda Ostine Santos Alcântara

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Participante do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) desde 2025, com foco em temáticas sobre o trabalho profissional de Assistentes Sociais e a Questão Agrária.

Kauã Gabriel Alves Ramos Santos

Graduando do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Participante do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) desde 2025, com foco em temáticas sobre o trabalho profissional de Assistentes Sociais e a Questão Agrária.

Mariane Anjos Resende

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Participante do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) desde 2025, com foco em temáticas sobre o trabalho profissional de Assistentes Sociais e a Questão Agrária.